

**ANEXO V**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE COMPRA**

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº  
...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A  
EMPRESA .....**

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 01.167/2022** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 154/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é Aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender às necessidades das Subsecretaria de Atenção Básica / Estratégia de Saúde da Família, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	Nº DO REGISTRO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1							
...							

**TOTAL XXX: R\$ XXXXX**

## **2 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de ..... (mês) meses , com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **3 - CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4 - CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

4.1.1 Elemento de Despesa – 44.90.52.01

4.1.2 Fonte de Recurso – 07 – SUS

4.2 Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

4.2.1 Estratégia Saúde da Família – 30001.1030100832.194

4.3 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

5.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

5.1.3 FGTS;

5.1.4 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

5.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

5.1.6 Estadual CND – referente ao ICMS.

5.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

5.3 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

5.4 A contratada deverá emitir Notas Fiscais distintas para cada emenda parlamentar conforme especificado no item 4 do presente Termo de Referência.

## 6 - CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

## 7 - CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## 8 - CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 A Contratada deverá atender à ordem de fornecimento expedida pela Unidade Requisitante.

Item		Und	INE 296740 LUMIAR	INE 1544624 CAMPO DO COELHO	INE 296716 VARGEM ALTA	INE 1544128 STUCKY	INE 296708 MURY	INE 296694 AMPARO	INE 296686 CAMPO DO COELHO	INE 1544365 AMPARO	INE 296678 SÃO LOURENÇO	INE 296732 RIOGRANDINA	INE 296767 RIO BONITO
1	Notebook	und	4	2	2	2	4	4	4	2	3	4	2
2	Desktop	und	2	2	2	2	2	2	2	2	3	2	3
3	Switch	und	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1
4	No Break	und	2	1	1	1	2	2	2	1	2	2	1
Item		Und	INE 296759 NOVA SUÍÇA	INE 296775 OLARIA I	INE 1544594 RIOGRANDINA	INE 296651 CENTENÁRIO	INE 1649248 CONQUISTA	INE 1544136 CORDOEIRA	INE 1649256 TERRA NOVA	INE 296791 VARGINHA	INE 1544551 SÃO GERALDO	INE 1649329 OLARIA III	TOTAL
1	Notebook	und	2	2	2	2	2	2	2	2	4	1	54

2	Desktop	und	2	2	2	2	1	1	1	2	2	1	40
3	Switch	und	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22
4	No Break	und	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	28

8.2 Os itens destinados à USF de Lumiar, deverão ser entregues na Rua Guilherme Eugênio Spitz, s/n, Lumiar, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.3 Os itens destinados à USF do Campo do Coelho deverão ser entregues na Estrada Friburgo Teresópolis, Campo do Coelho, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.4 Os itens destinados à USF de Vargem Alta deverão ser entregues na Rua Joao Heringer S/N, Vargem Alta, Nova Friburgo/RJ no horário de 9:00 às 17:00.

8.5 Os itens destinados à USF de Stucky, deverão ser entregues na Estrada Stucky, s/n, Stuky, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.6 Os itens destinados à USF de Mury, deverão ser entregues na Rua Novo Hamburgo, s/nº, Mury, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.7 Os itens destinados à USF de Amparo, deverão ser entregues na Rua Rivail Gripp, 75 Amparo, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.8 Os itens destinados à USF de São Lourenço, deverão ser entregues na Estrada São Lourenço, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.9 Os itens destinados à USF de Riograndina, deverão ser entregues na Praça Nossa Senhora do Rosário, s/n, Riograndina, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.10 Os itens destinados à USF de Rio Bonito deverão ser entregues na Rua Rio Bonito da Praça, S/Nº, Lumiar, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.11 Os itens destinados à USF de Nova Suíça, deverão ser entregues na Rua Moises Moraes filho, s/n, Nova Suíça, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.12 Os itens destinados à USF de Olaria I, deverão ser entregues na Rua Xingú, nº. 02, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.13 Os itens destinados à USF de Centenário, deverão ser entregues na Rua Centenário de Salinas, s/n, Conquista, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.14 Os itens destinados à USF de Conquista deverão ser entregues na Estrada Albino de Sá Martins, S/nº, Conquista, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.15 Os itens destinados à UBS de Cordoeira deverão ser entregues na Rua Darcília dos Santos, s/n, Cordoeira, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.16 Os itens destinados à USF do Terra Nova deverão ser entregues na Rua Eugênia de Almeida Maia, nº 110, Área 2, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.17 Os itens destinados à USF de Varginha, deverão ser entregues na Rua Francisco Lopes, nº. 178, Varginha, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.18 Os itens destinados à USF de São Geraldo deverão ser entregues na Rua Antônio Augusto Reis Jr., s/n, São Geraldo, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

8.19 Os itens destinados à USF Olaria III deverão ser entregues na Rua Augusto Nicolau Rodrigues, nº 59, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

## 8.20 PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.20.1 A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos, no prazo não superior a 30 dias, após emitida Nota de Empenho.

8.20.2 A entrega deverá ser realizada no horário e locais descritos no item 4 e seus subitens deste Termo de Referência.

8.20.3 Os equipamentos constantes no subitem 2.1 do Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

8.20.4 Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 48 horas, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que por ventura venham a ocorrer.

8.20.5 Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.

8.20.6 A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

8.20.7 Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

8.20.8 No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

8.20.8.1 Manual de operação;

8.20.8.2 Manual de serviços;

8.20.8.3 Esquemas eletrônicos;

8.20.8.4 Procedimentos de calibração;

8.20.8.5 Procedimentos de manutenção preventiva;

8.20.8.6 Certificado de garantia;

## 8.21 RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

### 8.21.1 Os bens são recebidos:

8.21.1.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

8.21.1.2 Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 03 dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.21.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

## 9 - CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

9.2 Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

**Karla Herdy Almeida – Matrícula 299.089 – Fiscal Titular**

**Mariza Dias Siqueira – Matrícula 299.362 – Fiscal Substituto**

9.3 O fiscal do contato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

9.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## 10 - CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

### 10.1 Caberá à Contratante:

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as

cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.2 Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.1.5 Efetuar o pagamento no prazo previsto;

10.1.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10.2 Das obrigações da Contratada:**

10.2.1 Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

10.2.2 Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, todos 220V ou Bivolt (automático), no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 9.1.1 a 9.1.6 do Termo de Referência correlato;

10.2.3 A Contratada deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses para os itens 01, 02, 03 e 04 do Termo de Referência e de 36 meses para os itens 05 e 06 do Termo de Referência, a contar da respectiva aceitação.

10.2.4 Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante, dentro do prazo de 12 meses, no mínimo, para os itens do Termo de Referência 01, 02, 03 e 04 e de 36 meses para os itens 05 e 06 do Termo de Referência.

10.2.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

10.2.6 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

10.2.7 Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

10.2.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.



10.2.9 Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2.10 Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 07 (sete) dias de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sob prévia autorização da contratante em relação a razoabilidade do prazo solicitado;

10.2.11 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.12 Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

11.2 Comete infração administrativa:

11.2.1 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.2.2 Apresentar documentação falsa;

11.2.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.2.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.2.5 Não mantiver a proposta;

11.2.6 Cometer fraude fiscal;

11.2.7 Comportar-se de modo inidôneo;

11.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os interessados, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento de preços.

11.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

11.4.1 - Advertência;

11.4.2 Multa de 10% sobre o valor total da contratação;

11.4.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



11.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.5 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

11.6 - As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

11.7 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93;

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos,

sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

15.1 Consoantes o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA**

16.1 Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 meses para os itens 01, 02, 03 e 04 do Termo de Referência e de 36 meses para o item 05 e 06 Termo de Referência, contados a partir do recebimento definitivo.

#### **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO**

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### **18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS.**

19.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

20.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

21.1 É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

21.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: